



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 36/XIV/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de maio de 2020, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na sala 6 do Palácio de S. Bento, em formato misto (presencial e videoconferência) na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sobre a PPL n.º 1/XIV/1.ª (GOV) - "Aprova o novo regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/2341", no seguimento do requerimento apresentado pelo GP PSD;

2. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 12/XIV/1.ª (GOV) - "Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2017/828, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo";

3. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PAN para audição do ao Presidente do Conselho de Administração Executiva do Novo Banco e ao Governador do Banco de Portugal sobre o pagamento de bónus aos membros do Conselho Executivo do Novo Banco.

4. Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei 16/XIV/1.ª - "Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito pena".Autor: Deputado André Ventura (CH)

5. Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei 15/XIV/1.ª _ "Procede à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 36/XIV/ 1.ª SL

Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro - Pela eliminação da tributação, em sede de IRS, sobre as compensações e subsídios auferidos pelos bombeiros portugueses na prestação do serviço voluntário" Autor: Deputado Duarte Alves (PCP)

6. Outros Assuntos

1. Audição da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sobre a PPL n.º 1/XIV/1.ª (GOV) - "Aprova o novo regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/2341", no seguimento do requerimento apresentado pelo GP PSD;

O Senhor Presidente deu início aos trabalhos cumprimentando os representantes da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), Dr. Vicente Godinho (Diretor do Departamento de Autorizações e Registos) e Dr. Eduardo Antunes (Diretor Técnico do Departamento de Política Regulatória), e enquadrando a audição no âmbito do processo da apreciação, na especialidade, desta iniciativa legislativa.

No âmbito da primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Eduardo Teixeira (PSD), Nuno Sá (PS), Duarte Alves (PCP) e André Ventura (DURP, CH), tendo ambos os representantes da ASF respondido, de forma individualizada, a cada um dos Deputados.

Não havendo pedidos de intervenção adicionais, o Senhor Presidente agradeceu a presença e a disponibilidade dos representantes da ASF para prestar todos os esclarecimentos solicitados pelos Deputados e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet da audição](#).



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 36/XIV/ 1.ª SL

2. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 12/XIV/1.ª (GOV) - "Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2017/828, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo";

A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) interveio, por videoconferência, para propor a seguinte metodologia de apreciação da iniciativa legislativa: a) envio pelos grupos parlamentares (GP), de lista de entidades para pedido de contributo escrito até o dia seguinte, 20 de maio; b) subsequente pedido de pronúncia, que deve ser enviado pelas entidades, no prazo de 10 dias.

Não tendo, nenhum GP, manifestado qualquer objeção, ficou fixada a metodologia de apreciação desta iniciativa, nos termos acima descritos.

3. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PAN para audição do ao Presidente do Conselho de Administração Executiva do Novo Banco e ao Governador do Banco de Portugal sobre o pagamento de bónus aos membros do Conselho Executivo do Novo Banco.

O Senhor Presidente transmitiu o pedido de adiamento deste ponto da OD, requerido pelo Deputado André Silva (DURP, PAN), que será assim agendado para a próxima reunião da comissão.

4. Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei 16/XIV/1.ª - "Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito pena".

O Senhor Deputado André Ventura (DURP, CH) apresentou o parecer de que é autor, tendo sido depois cumprimentado pelo Senhor Deputado Eduardo Teixeira (PSD) que aproveitou ainda, para anunciar o voto favorável do PSD.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 36/XIV/ 1.^a SL

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, com a ausência do BE, PAN, CDS-PP e IL.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) pediu a palavra para manifestar as suas reservas quanto à metodologia de classificação e distribuição desta iniciativa, defendendo que a mesma, pela sua natureza, é da competência da COF e como tal, entende que não deveria ter sido atribuída à 1.^a Comissão, ainda que em conexão com a COF. Salientou, igualmente, que foram já agendadas para plenário de dia 21/05 um conjunto de outras iniciativas, sobre a mesma matéria, que serão discutidas e votadas sem Nota Técnica e nem parecer. Reconhecendo embora que este alerta já vem atrasado, quis deixar registada a sua opinião de que esta não é a tramitação mais correta.

**5. Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei 15/XIV/1.^a _
"Procede à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das
Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de
novembro - Pela eliminação da tributação, em sede de IRS, sobre as
compensações e subsídios auferidos pelos bombeiros portugueses na
prestação do serviço voluntário"**

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) apresentou o parecer de que é autor, notando ainda que o n.º 17 do artigo 72.º do CIRS, que a presente iniciativa pretende revogar, foi entretanto renumerado pela Lei do Orçamento do Estado para 2020, o que deverá ser considerado num eventual processo de especialidade ou redação final.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) pediu a palavra para agradecer ao relator e manifestar concordância com o parecer.

Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade, com a ausência do CDS-PP, PAN, IL e CH.

6. Outros Assuntos



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 36/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente informou que pretendia agendar a votação das Propostas de Lei n.ºs 8, 10 e 11 para a próxima reunião da comissão, salientando, a propósito, que as mesmas já tinham sido agendadas para uma reunião que não chegou a realizar-se, em março. Prosseguiu, propondo que o prazo para envio das propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 1/XIV/1ª fosse fixado para o dia 29 de maio, sexta-feira. Informou que, relativamente à Proposta de Lei n.º 7/XIV/1ª, falta ainda receber o contributo de uma entidade. Concluiu informando que, face às dificuldades de gestão das salas em condições adequadas para a realização das reuniões, iria considerar, em havendo necessidade, e até que não sejam retomadas as 3 sessões plenárias semanais, a possibilidade de agendamento de reuniões à sexta-feira de manhã.

A reunião foi encerrada às 18:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de maio 2020.

O PRESIDENTE

(Filipe Neto Brandão)



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 36/XIV/ 1.ª SL

Reunião de 19 de maio de 2020

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Alberto Fonseca
Álvaro Almeida
André Ventura
Carlos Brás
Carlos Silva
Duarte Alves
Duarte Pacheco
Eduardo Teixeira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Hortense Martins
Hugo Carneiro
João Gouveia
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Miguel Matos
Nuno Sá
Vera Braz
Joana Lima
João Paulo Pedrosa
Jorge Paulo Oliveira
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
João Paulo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Cecília Meireles
João Cotrim de Figueiredo
Ricardo Vicente